



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Avenida Pará, nº 1720 - Bairro Umuarama  
Uberlândia-MG, CEP 38405-320  
- <http://hc-ufu.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23860.030887/2025-01

**TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO SRP  
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para eventual **aquisição de ESTATIVAS, para inauguração do Centro cirúrgico e da UTI**, do Hospital de Clínicas de Uberlândia - Filial Ebserh (HC-UFU/Ebserh), no bloco 8DJU, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na **tabela 1** abaixo:

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	GARANTIA
01	1	445444	ESTATIVA PARA UTI	UN	35	36 meses
	2	445444	ESTATIVA HORIZONTAL HÍBRIDA PARA CENTRO CIRÚRGICO (estativa de anestesia/vídeo)	UN	41	36 meses
	3	445444	ESTATIVA VERTICAL PARA CENTRO CIRÚRGICO (estativa para torre de vídeo)	UN	9	36 meses

1.3. Os bens se enquadram como de natureza comum, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme do Anexo I, inciso X, do RCC 3.0.

1.4. O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, de acordo com a conveniência da Ebserh, a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

1.5. A aquisição dos bens com preços registrados na ARP poderá ser realizada, de acordo com a conveniência da Ebserh, mediante a formalização de:

I - notas de empenho, em favor do fornecedor, para cada item e preço registrado em ARP;

II - termos de contrato, que terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, nos termos do art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 188 do RCC 3.0.

1.6. Não será realizada contratação única e imediata que esgote, de forma integral, os quantitativos registrados na ARP.

1.7. O termo de contrato resultante da ARP se limitará ao saldo de quantitativo existente no momento da contratação e possuirá valor estimativo, com a consequente solicitação de parte ou de todo o quantitativo estimado dos bens contratados, desde que não se descaracterize a necessidade permanente definidora da contratação de natureza continuada.

1.8. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens neste Termo de Referência e Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência e Anexos.

1.9. Informações complementares a este Termo de Referência constarão no Edital, na ARP e no Contrato.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi criada por meio da Lei nº 12.550/2011 como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. O HC-UFU/EBSERH, pertence à Rede Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Uberlândia e localidades, observando a contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.3. A instalação de estativas em UTIs é essencial para garantir um ambiente organizado, seguro e eficiente no cuidado ao paciente crítico. Elas permitem a integração de equipamentos vitais — como monitores multiparamétricos, bombas de infusão, sistemas de gases medicinais e tomadas elétricas — de forma ergonômica e acessível, reduzindo a desordem ao redor do leito. Além disso, facilitam a mobilidade da equipe, agilizam intervenções e diminuem riscos de acidentes ou desconexões. Com isso, contribuem diretamente para a qualidade do atendimento e para a rapidez nas tomadas de decisão em situações de emergência.

2.4. Já a instalação de estativas em centros cirúrgicos de alta complexidade, são imprescindíveis para organizar e integrar os principais equipamentos necessários durante os procedimentos. Ao manter dispositivos essenciais posicionados de forma ergonômica e segura, elas reduzem riscos, facilitam o fluxo de trabalho e aumentam a eficiência da equipe. Além disso, contribuem para um ambiente mais limpo e funcional, permitindo que o cirurgião e os demais profissionais tenham maior precisão, mobilidade e rapidez no atendimento ao paciente;

2.5. Ainda, informa-se que na descrição do descritivo dos equipamentos foram tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao serviço, evitando detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

2.6. Desta forma, resta comprovado que as estativas são essenciais para que o HC-UFU/EBSERH possa oferecer serviços assistenciais de alta qualidade para a população.

2.7. Ainda, informa-se que na descrição do descritivo dos equipamentos foram tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao serviço, evitando detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

2.8. Não obstante, a utilização de registro de preços é mais conveniente para a organização, pois permite contratações futuras, com previsão de entregas parceladas, levando em consideração a frequência das aquisições, médias de consumo e a dificuldade em se definir previamente o quantitativo a

ser demandado, estando em conformidade com o artigo 3º, I e V, Decreto nº 11.462/2023.

2.9. A demanda apresentada contempla uma definição prévia de produtos para compra durante o exercício, e foi aprovada pelo Colegiado Executivo por meio do Despacho - SEI 55585298 e será incluída nas próximas janelas do Plano Anual de Compras (PAC), bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC),

2.10. No contexto do planejamento estratégico da Ebserh que resultou no Mapa Estratégico 2024-2028, vislumbra-se o alinhamento da contratação proposta com as necessidades e expectativas da instituição, de acordo com as finalidades da empresa e com as temáticas que tratam das políticas de governança e sustentabilidade. Veja-se:

- I - **Propósito:** Saúde, ensino, pesquisa e inovação a serviço da vida e do SUS.
- II - **Visão Estratégica:** Consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o SUS.
- III - **Valores:** Ética, integridade e transparência; Compromisso com universalidade, integralidade e fortalecimento do SUS; Promoção da equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos; Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país; Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.
- IV - **Pilares/Objetivos estratégicos**
  - a) **Sociedade:**
    - OE02 - Qualificar o cuidado hospitalar;
    - OE04 - Participar da implementação da Política Nacional de Atenção Especializada e do esforço de redução de filas;
    - OE05 - Aprimorar as condições de ensino e os cenários de prática.
  - b) **Responsabilidade ambiental, social e governança:**
    - OE12 - Promover sustentabilidade ambiental e responsabilidade social em Rede.
  - c) **Desenvolvimento institucional:**
    - OE16 - Fortalecer o reconhecimento da imagem pública da EBSERH.
  - d) **Sustentabilidade financeira:**
    - OE21 - Aprimorar os processos de compras e contratações.

2.11. Adicionalmente, a contratação está vinculada ao Plano Diretor Estratégico 2024-2028 do HC-UFU, conforme o Processo SEI nº 23860.019471/2025-23, e à política pública de assistência à saúde no âmbito do SUS, conforme o Instrumento Formal de Contratualização nº 138/2022, firmado com o município de Uberlândia, por intermédio da Secretaria de Saúde, para integrar a Rede de Atenção à Saúde.

2.12. Registra-se que esta aquisição constitui atividade de suporte ao atingimento de resultados nas políticas públicas e à finalidade institucional da Ebserh e está alinhada à Política de Compras Centralizadas da empresa.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. **Modelo de Contratação**

3.1.1. As contratações da Ebserh podem ser realizadas por meio dos seguintes arranjos organizativos:

- I - compra centralizada;
- II - compra regionalizada;
- III - compra individualizada.

3.1.2. Destaca-se que esta contratação se enquadra no modelo de compra individualizada.

3.1.3. Esta contratação utilizou como referência o Catálogo Eletrônico de Padronização da Rede Ebserh, conforme o item 1.2 deste termo de referência, de forma a garantir a eficiência e as boas práticas de gestão.

3.1.4. Registra-se que o Catálogo Eletrônico de Padronização está disponibilizado por meio eletrônico no sítio da Ebserh e tem a composição mínima dos seguintes elementos:

- I - código do bem ou serviço adotado pela Ebserh;
- II - descrição detalhada;
- III - grupo e subgrupo, no que couber.

3.1.5. A escolha do Pregão Eletrônico ocorreu por Art. 4º IV, do Regulamento de Compras e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh 3.0:

*"Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:  
IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet."*

3.1.6. Ainda, o uso do Sistema de Registro de Preços para essa aquisição está fundamentado nos incisos I e II o art. 3º do Decreto nº 11.462/2023:

*Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:  
I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;  
II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;  
III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;  
IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou  
V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

3.1.7. Observando ainda os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde, o SRP se torna mais vantajoso pelas seguintes razões:

- I - racionalização dos procedimentos licitatórios, reduzindo o número de processos e custos administrativos;
- II - mitigação de riscos de contratações emergenciais, decorrentes de oscilações de demanda ou atrasos no fornecimento;

III - promoção de preços uniformes e previamente registrados por ao menos 12 (doze) meses, garantindo previsibilidade e controle do gasto público.

IV - manutenção da flexibilidade orçamentária, uma vez que a contratação efetiva ocorre apenas quando houver necessidade e disponibilidade financeira.

3.1.8. O procedimento para a aquisição será conduzido através de Pregão Eletrônico, por meio de SRP, por item, critério de julgamento menor preço unitário, nos termos do RCC 3.0, objetivando a assinatura de ARP, que permitirá as contratações pelas unidades participantes.

3.1.9. Considerando que não se trata da primeira licitação para aquisição do objeto, e que é possível mensurar a demanda, o registro de preços indicará o total do quantitativo a ser adquirido.

### 3.2. **Ciclo de Vida do Objeto**

3.2.1. O ciclo de vida do objeto se inicia com a fase do planejamento, em que é realizada uma avaliação detalhada da necessidade e especificações técnicas baseadas no Catálogo Eletrônico de Padronização da Rede Ebserh, ferramenta utilizada para subsidiar a escolha dos produtos para fins de atendimento aos protocolos clínicos da Ebserh. Essa etapa assegura que os materiais adquiridos sejam eficazes, seguros e de comprovada relevância assistencial. Adicionalmente, é realizada a análise do impacto econômico, social e ambiental do bem.

3.2.2. Em seguida, ocorre a programação e a aquisição, nas quais são definidas as quantidades e periodicidades de fornecimento com base em dados históricos de consumo, indicadores de estoque e previsão de demanda futura.

3.2.3. A etapa posterior envolve a gestão de almoxarifados, contemplando os processos recebimento, armazenamento, movimentação interna, distribuição e dispensação dos materiais, garantindo condições adequadas de conservação e rastreabilidade, conforme a legislação vigente. A logística deverá assegurar o atendimento contínuo da Ebserh, bem como o controle de lotes e validade dos produtos, mitigando o risco de perdas.

3.2.4. Durante a utilização e controle de consumo dos produtos são realizados o monitoramento das movimentações, promovendo o uso racional e eficiente dos materiais. São observados aspectos de tecnovigilância e indicadores de desempenho, permitindo ajustes futuros nas fases de seleção e programação.

3.2.5. O ciclo se encerra com o descarte dos produtos vencidos ou inutilizados, em conformidade com a legislação vigente, assegurando a destinação final ambientalmente correta e o cumprimento das normas sanitárias.

3.2.6. Dessa forma, a solução proposta pela Ebserh engloba um processo planejado, padronizado e sustentável, garantindo a disponibilidade regular de bens essenciais, a segurança dos usuários e a eficiência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública.

### 3.3. **Publicação de Intenções de Registros de Preços**

3.3.1. Nos termos do art. 97 do RCC 3.0, a divulgação de IRP poderá ser dispensada quando:

I - a Ebserh for a única contratante para os Hospitais Universitários sob sua gestão;

II - houver risco de comprometimento do abastecimento do hospital, em razão da necessidade de contratação no menor prazo possível, desde que justificado pela área demandante.

3.3.2. Não será divulgado a Intenção de Registro de Preços, tendo em vista que trata-se de uma demanda urgente e que a opção para a intenção de registro de preços postergará a publicação do edital deste certame e atrasará o andamento deste processo licitatório, haja vista que cada equipamento possui sua especificidade e será alocado de acordo com o espaço disponível deste Hospital de Clínicas de Uberlândia.

### 3.4. **Consulta a Intenções de Registros de Preços Abertas**

3.4.1. A Ebserh possui uma vasta complexidade em suas operações de aquisições e logística, dada a sua composição como rede de hospitais federais e o grande fluxo de aquisições e consumo de produtos, em que há situações em que a sua participação exclusiva no registro de preços melhor atende ao interesse público.

3.4.2. Nesse contexto, as áreas de Gestão de Suprimentos, tanto da Sede quanto dos HUFs, apontam que a organização dos objetos dos registros de preços passa por diversas variáveis, inclusive não assistenciais, como:

I - padronizações;

II - ganhos de escala;

III - economicidade;

IV - tipos de empresas que comercializam;

V - complexidade de avaliação técnica;

VI - solução de compra;

VII - modelos de aquisição;

VIII - comportamentos diversos de movimentação de estoque, demanda, armazenamento, distribuição e dispensação.

3.4.3. Portanto, é justificada a não realização de consultas a IRPs em andamento, nas situações em que a participação exclusiva da Ebserh no registro de preços melhor atender ao interesse público, em razão, por exemplo, das seguintes circunstâncias:

I - melhor monitoramento de prazos de vigências dos processos;

II - melhor controle de saldos de atas de registros de preços e/ou contratos;

III - redução do número de processos e otimização nos demais aspectos relacionados à gestão atas de registros de preços e/ou contratos;

IV - Maior congruência dos objetos, o que amplia os percentuais de sucesso nas contratações;

V - redução do número de processos e de demanda às áreas de compras e licitações e, por consequência, redução do custo administrativo relacionado à gestão contratual, em razão da reunião de diversos itens em única licitação.

3.4.4. Ao assim proceder, a Rede Ebserh racionalizará procedimentos e processos administrativos, com a eliminação de formalidades desnecessárias ou desproporcionais para as finalidades almejadas, gerando ganhos sociais oriundos da adoção de medidas de desburocratização e, por consequência, prestigiando, dentre outros, os princípios da eficiência e da economicidade.

3.4.5. Diante do exposto, conclui-se que, para atendimento da demanda da Ebserh, buscando a racionalização de procedimentos, processos

administrativos e o melhor uso do poder de compra da Rede Ebserh, para contratação em questão, não será realizada consulta a IRPs em andamento, optando por instrução de processo próprio.

### 3.5. **Adesão à Ata de Registro de Preços**

3.5.1. Será permitida a Adesão às ARPs oriundas desta contratação, durante sua validade, para os seguintes órgãos que não tenham participado na origem do processo licitatório:

I - Hospitais vinculados à Rede Ebserh;

II - Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior durante o período de transição de gestão para a Ebserh;

III - Qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016.

3.5.2. Justifica-se a permissão de adesão às ARPs para auxiliar aos não participantes a adquirirem insumos já licitados, garantindo o melhor preço proposto, nos casos de urgência e emergência, em que há necessidade de aquisição de forma mais rápida e ágil dos insumos, mesmo não tendo participado na origem do certame. Ainda mais, a realização de adesão possibilita a redução de processos burocráticos e tende a restringir a realização de contratações diretas.

3.5.3. A possibilidade de adesão visa mitigar riscos de desabastecimento ocasionados por licitações fracassadas, rescisões contratuais, sancionamento de fornecedores, entre outros.

3.5.4. No caso de Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, durante o período de transição de gestão para a Ebserh, o processo de adesão pode ser uma solução estratégica, considerando as dificuldades relacionadas ao planejamento de aquisições, principalmente pela ausência de histórico de consumo. Além de aproveitar a experiência e estrutura de outras unidades da Ebserh, diante da inexistência em sua fase inicial de processos licitatórios próprios e da urgência em manter a regularidade do atendimento à população, a adesão permite aproveitar condições previamente negociadas, com preços competitivos e fornecedores habilitados, reduzindo o tempo e os custos administrativos envolvidos.

### 3.6. **Parcelamento ou Não da Solução**

3.6.1. A adoção de **AGRUPAMENTO DOS ITENS** justifica-se pela similaridade dos bens, que são fornecidos por empresa do mesmo ramo de atividade, facilitando a fiscalização do acordo a ser celebrado, e gerando uma economia de escala acarretada pelo agrupamento, promovendo maior eficiência ao procedimento. Assim, os bens deverão ser julgados em grupos, pois além de guardarem relação entre si, possuem a mesma finalidade, assegurando uniformidade, compatibilidade e melhor gestão contratual.

## 4. **ESTIMATIVA DE DEMANDA**

4.1. A respeito das quantidades, essa contratação previu, observando o art. 120 do RCC 3.0, o consumo e utilização prováveis, cuja estimativa foi obtida, mediante a quantidade de leitos de UTI e de salas cirúrgicas, disponíveis no bloco novo.

## 5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### 5.1. **Critérios de Sustentabilidade**

5.1.1. Observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU, serão adotados os seguintes critérios de sustentabilidade:

I - Embalagens e materiais

- a) Dar preferência a produtos acondicionados em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de fácil separação de componentes.
- b) Utilizar embalagens com volume mínimo necessário, reduzindo o uso de insumos e o impacto no descarte.
- c) Evitar o uso de materiais nocivos ao meio ambiente (como PVC, chumbo, cádmio e outros metais pesados acima dos limites previstos em diretivas ambientais internacionais).

II - Produção e origem dos produtos

- a) Priorizar produtos de fabricantes regularizados junto à Anvisa, com boas práticas de fabricação certificadas, que adotem medidas de eficiência energética, reaproveitamento de resíduos e reduzam a emissão de poluentes em seus processos industriais.
- b) Estimular a aquisição de materiais produzidos com matérias-primas de origem legal e sustentável, observando o cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas.

III - Logística e transporte

- a) Sempre que possível, utilizar logística reversa ou sistemas de recolhimento de produtos vencidos ou inservíveis, conforme preveem as Resoluções Conama nº 358/2005 e RDC/Anvisa nº 222/2018
- b) O transporte e armazenamento dos produtos deverão seguir as condições adequadas de temperatura, umidade e segurança, evitando perdas, contaminação ou exposição desnecessária.

IV - Gestão e destinação final

- a) As unidades de saúde deverão destinar produtos vencidos ou fora de uso a empresas licenciadas para tratamento e incineração de resíduos, garantindo destinação ambientalmente adequada.
- b) A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, comprovante de destinação dos resíduos químicos oriundos da fabricação, transporte ou recolhimento de produtos.

V - Aspectos sociais e institucionais

- a) Incentivar o **cumprimento de normas trabalhistas e de segurança**, conforme a **NR 32 do Ministério do Trabalho**, que trata da segurança em serviços de saúde.
- b) Evitar práticas discriminatórias e promover condições éticas e seguras em toda a cadeia de fornecimento.

### 5.2. **Apresentação da Proposta**

5.2.1. Durante o pregão eletrônico, ao ser convocado, o licitante deverá enviar sua proposta, conforme modelo em anexo, contendo as seguintes informações:

I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da contratação e as respectivas Faturas/Notas Fiscais;

II - Nome completo e identificação do responsável pela proposta;

- III - Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- IV - Data de emissão e prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 90 dias;
- V - Dados bancários da empresa como conta corrente, agência, banco, cidade, e os dados do representante legal da empresa, caso o mesmo ainda não tenha sido oportunamente informado a título de atualização/informação, junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF;
- VI - Descrição detalhada de cada produto, constando todas as especificações técnicas;
- VII - Quantidade ofertada, com os respectivos valores unitários e total;
- VIII - Fator embalagem dos produtos apresentados, especificando a quantidade, por embalagem;
- IX - Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- X - Certificado de Registro válido do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União; conforme Habilitação - Qualificação Técnica;
- XI - Certificado de Aprovação (CA) válido do produto ofertado, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), quando aplicável;
- XII - Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.
- XIII - Preencher corretamente o número da página do **Manual do Equipamento Registrado na ANVISA e/ou Relatório Técnico entregue na ANVISA que comprova o atendimento do requisito, conforme Anexo I - Especificação Técnica (56121100).**

5.2.2. Destaca-se que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas.

5.2.3. Fica facultada à Ebserh solicitar por diligências, informações adicionais para complemento da proposta, inclusive informações técnicas, como laudos técnicos, normas técnicas, certificados de boas práticas, informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente à exposição acidental, dentre outros, quando aplicáveis.

5.2.4. Não serão aceitas propostas de fornecimento de produtos provenientes de empresas que não possuam Autorização de Funcionamento (AFE) específica para atividades de distribuição de correlatos.

5.2.5. Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de produtos com especificações diversas da originalmente solicitadas no Edital.

### 5.3. **Marcas**

5.3.1. Não há indicação de marcas para o objeto desta licitação.

### 5.4. **Amostras**

5.4.1. Para este pregão, caso a Equipe de Planejamento da Contratação julgue a necessidade de uma avaliação mais detalhada do equipamento, com intuito de comprovar as características técnicas exigidas no EDITAL, poderá ser exigida amostra.

5.4.2. O procedimento de avaliação de amostras objetiva verificar a conformidade e compatibilidade de desempenho do produto ou marca ofertados com o descritivo ou especificação técnica constantes no Termo de Referência, de modo a assegurar a qualidade dos produtos adquiridos, mitigar os riscos assistenciais, zelar pela segurança dos pacientes e dos profissionais, além de garantir o uso eficaz dos recursos públicos.

5.4.3. Nos certames realizados por Pregão, em que a avaliação de amostras se fizer necessária, esta deve ser exigida somente na fase de classificação e apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a etapa de lances, devendo ser precedida da análise preliminar dos documentos técnicos e de habilitação.

5.4.4. A entrega das amostras deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, durante a sessão pública, sob pena de desclassificação, podendo o prazo ser prorrogado quando for apresentada justificativa, desde que em tempo hábil, sendo necessário o aceite da Ebserh.

5.4.5. A quantidade de amostras deverá ser de 1 (uma) unidade por item e deverão ser entregues e montadas no seguinte endereço: Unidade de Licitação, situado à Av. Maranhão 2077, Umuarama, Uberlândia - MG, CEP: 38400-738, no horário das 09:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00.

5.4.6. Após o recebimento da solicitação, o licitante deverá enviar a previsão de entrega das amostras em até 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico [ulic.hc-ufu@ebserh.gov.br](mailto:ulic.hc-ufu@ebserh.gov.br), contendo:

- a) código de rastreamento;
- b) licitação: número da licitação e do item a que se refere;
- c) fornecedor: nome, CNPJ, telefone e correio eletrônico;
- d) representante: nome, telefone e correio eletrônico.
- e) prazos: data do envio e data prevista da entrega.
- f) manifestação de interesse em acompanhar avaliação técnica da amostra.

5.4.6.1. As amostras colocadas à disposição da Ebserh serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas, desmontadas ou instaladas pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectadas a equipamentos e submetidas aos testes necessários.

5.4.6.2. O prazo para análise das amostras por parte da equipe técnica é de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do material.

5.4.6.3. Caso necessário, a Ebserh se reserva o direito de realizar diligências e de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, peças e acessórios complementares, possíveis adequações, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais, para aferir se os bens propostos atendem às especificações contidas no Termo de Referência.

5.4.6.4. As decisões relativas às amostras apresentadas serão devidamente motivadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes. A desclassificação do licitante estará amparada em laudo ou parecer que indique, de modo completo, as deficiências e/ou não conformidades no produto a ser adquirido, por meio da amostra, quando esta é exigida.

5.4.6.5. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados das análises nas amostras serão arquivados e poderão subsidiar avaliações dos processos licitatórios futuros.

5.4.6.6. A análise da amostra será registrada por meio de Parecer Técnico.

5.4.6.7. Os proponentes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão solicitá-las no endereço eletrônico [ulic.hc-ufu@ebserh.gov.br](mailto:ulic.hc-ufu@ebserh.gov.br), no

prazo de até 05 (cinco) dias úteis após serem informados sobre o resultado da análise das mesmas.

5.4.6.8. A amostra que tiver a embalagem violada para teste não será devolvida ao licitante, sendo considerada como doação.

5.4.6.9. A amostra não retirada no prazo estabelecido sujeitará os bens a descarte ou aproveitamento, sem direito a ressarcimento.

5.4.6.10. As amostras solicitadas pelos proponentes deverão ser retiradas em até 30 (trinta) dias corridos no endereço onde foram entregues, a contar da data de solicitação de devolução.

## 5.5. **Garantia de execução**

5.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos do art. 185, do RCC 3.0, pelas razões abaixo justificadas:

5.5.1.1. Pronta entrega e pagamento: por se tratar de aquisição de itens de pronta entrega e pagamento, o risco de inadimplemento é mínimo. A dinâmica dessa contratação - caracterizada pela imediatidade da entrega e pelo pagamento realizado após a efetiva satisfação da obrigação- oferece à Ebserh mecanismos naturais de proteção, tornando desnecessária a exigência de garantia adicional.

5.5.1.2. Ausência de complexidade: a presente aquisição não apresenta características de elevada complexidade técnica que justifique a exigência de garantia contratual.

5.5.1.3. Princípio da economicidade: a exigência de garantia de execução impõe custos adicionais aos licitantes, que necessariamente repercutem nas propostas financeiras apresentadas. Esses custos - relativos a comissões, prêmios de seguro e taxas administrativas - seriam inevitavelmente repassados à Ebserh, elevando o preço final da aquisição. Considerando que o certame busca a melhor relação custo-benefício, prescindir dessa exigência alinha-se ao dever de economicidade que norteia as contratações públicas.

5.5.1.4. Ampliação da competitividade: a supressão da garantia de execução reduz as barreiras de entrada para participação no certame, especialmente para pequenos fornecedores que enfrentam dificuldades na obtenção e custeio dessa garantia. Essa medida contribui para expansão do universo de interessados, favorecendo a competitividade e a isonomia entre os licitantes.

## 5.6. **Garantia do produto**

### 5.7. **A vigência da garantia:**

5.8. Este Termo de Garantia tem vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da FASE 3. A garantia possui cobertura integral de mão de obra, serviços, partes, peças e acessórios (consumíveis ou não). A garantia inclui não somente as estativas em si, mas também toda a solução feita pela empresa nas três fases.

5.9. A garantia extingue-se automaticamente ao término dos prazos mencionados neste termo.

5.10. O reparo ou a substituição de parte do equipamento não prorroga nem interrompe o prazo da garantia definido neste instrumento.

5.11. Estão excluídos desse Termo de Garantia os defeitos ou danos decorrentes de:

5.12. negligência ou imperícia, vandalismo ou imprudência;

### 5.13. **Escopo da garantia**

5.13.1. A Garantia compreende todas as intervenções técnicas necessárias para o funcionamento das estativas nas condições previstas nas especificações técnicas do equipamento, normas, legislações e condições deste certame.

5.13.2. Para as estativas, entende-se por perfeito funcionamento a condição em que, após eventual atendimento técnico, os equipamentos se encontrem integralmente operacionais, atendendo a todas as exigências do Termo de Referência, com desempenho, segurança e funcionalidades equivalentes àquelas verificadas em equipamentos instalados e homologados em fábrica.

5.13.3. Durante todo o período de garantia, a empresa vencedora do certame (CONTRATADA) deverá realizar, no mínimo, 01 (uma) manutenção preventiva anual (ou em menos tempo, se assim determinar o manual), destinada à vistoria técnica completa das estativas, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.13.4. A manutenção preventiva deverá contemplar, obrigatoriamente, a verificação, inspeção, teste e atestação de todos os pontos de gases medicinais, instalações elétricas, pontos de dados e de mídia, bem como da estrutura mecânica, sistemas de fixação, segurança, mobilidade e funcionalidade geral da estativa, assegurando a conformidade com as especificações do fabricante, normas técnicas vigentes e condições de segurança operacional.

5.13.5. Ao final de cada manutenção preventiva/corretiva, a CONTRATADA deverá emitir relatório técnico circunstanciado, assinado por profissional legalmente habilitado, para fins de registro e acompanhamento.

### 5.14. **Das condições gerais**

5.15. Durante a vigência do Termo de Garantia, todos os equipamentos e acessórios fornecidos pela CONTRATADA, serão de sua responsabilidade.

5.16. A garantia deverá ser prestada pelo próprio fabricante dos equipamentos ou empresa representante autorizada;

5.17. A CONTRATADA manterá assistência técnica permanente, prestada por equipe especializada, apta a atuar em todo o território nacional, a fim de possibilitar à CONTRATANTE operar com os equipamentos fornecidos sempre nas melhores condições de funcionamento.

5.18. Durante a vigência do Termo de Garantia, a CONTRATADA deverá realizar as visitas decorrentes de chamados técnicos sem ônus ao CONTRATANTE.

5.19. As peças substituídas no período da garantia, deverão ser novas e originais, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE.

5.20. Fica a CONTRATADA responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos e peças, pelo prazo de 36 meses, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças que se fizerem necessárias, sem nenhum ônus ao Hospital de Clínicas de Uberlândia.

5.21. Para efeito de cumprimento da garantia, quando da instalação dos equipamentos, a empresa CONTRATADA deverá utilizar MÉTODO DE LACRE OU OUTRO EXPEDIENTE que garanta a identificação da violação dos equipamentos durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca a cada atendimento ao equipamento. Toda operação de lacre do equipamento, deverá ser identificada na ordem de serviço, ou documento equivalente, da empresa responsável pela instalação/manutenção do equipamento, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento. Cópias desses documentos devem ser entregues aos responsáveis do CONTRATANTE e da CONTRATADA no ato da assinatura.

5.22. No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE.

5.23. A CONTRATADA deverá realizar atualizações mandatórias e sem custos de versão dos softwares (sistema de controle, sistema operacional e

drivers) durante todo o período de garantia.

5.24. A CONTRATADA, em até 10 (dez) dias anteriores ao término da garantia, deverá apresentar uma declaração, datada e assinada por profissional com competência para tal, garantindo que as atualizações de software e de hardware associados são as mais atuais disponibilizadas pelo fabricante, relacionando as versões atuais e as instaladas nos Equipamentos ganhadores do certame licitatório, sob pena de execução de atualizações após o término da garantia do equipamento. A declaração, deverá ser acompanhada por relatório, contendo: Identificação do equipamento (marca, modelo, número de série ou ID); Relação dos testes de desempenho realizados; resultados e avaliação da conformidade dos resultados; Situação das peças de maior valor agregado do equipamento, e recomendações sobre serviços necessários à manutenção das condições técnico-operacionais do equipamento conforme estabelecidas em fábrica; Laudo de calibração do equipamento contendo os parâmetros avaliados, os testes realizados e a conformidade com as recomendações do fabricante; As atualizações de software ou de hardware e qualquer hardware associado que se encontram instaladas no equipamento.

5.25. A CONTRATADA deverá garantir que os equipamentos e softwares, estejam livres de defeitos por um período de 36 (trinta e seis) meses a partir da data do recebimento definitivo e corrigir os defeitos, sem custos de partes, peças, acessórios, software, viagens ou horas técnicas de trabalho.

5.26. Ficará sob responsabilidade da CONTRATADA o transporte horizontal, vertical e/ou içamento, se necessário, das partes e peças a serem substituídas nos equipamentos da solução.

5.27. A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade de peças de reposição, acessórios, insumos e serviço de reparo ao equipamento ofertado por um período mínimo de **10 (dez) anos** a partir da assinatura do Termo de Recebimento.

5.28. É de responsabilidade da CONTRATADA comprovar e demonstrar, por meio de relatório técnico, emitido por profissional qualificado com o devido registro no Conselho de Classe competente, que o equipamento foi objeto de vandalismo, depredação ou mal uso. O relatório deve, no mínimo, conter fotos, ensaios e testes realizados para identificação do defeito, causas dos defeitos apresentados e o nome completo do(s) profissional(is) que elaboraram o documento. Uma cópia física, datada e assinada deve ser encaminhada para o CONTRATANTE, que poderá contestar o relatório nas ocasiões em que julgar pertinente.

5.29. Das intervenções técnicas:

5.30. A CONTRATADA deverá executar fielmente as especificações contidas no Termo de Referência com zelo e diligência, conforme as cláusulas avençadas no Contrato, obedecendo as especificações e recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação referente ao serviço.

5.31. Quando o serviço necessitar de içamento e movimentação de cargas no hospital ou assistência técnica externa, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA. Assim, a capacitação, o treinamento, os materiais necessários, as devidas medidas de segurança, bem como as despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação deverão ser providenciadas pela CONTRATADA, bem como os respectivos seguros e fretes.

5.32. Todo equipamento, componente ou peça que precisar ser removido para conserto em oficina externa, necessitará da prévia autorização do Setor/Unidade de Engenharia Clínica ou Setor/Unidade de Infraestrutura, quando a Engenharia Clínica estiver vinculada a este.

5.33. A CONTRATADA deverá colar etiqueta indelével no equipamento com a data de conclusão do Atendimento Técnico, devendo estar expressa a garantia do equipamento.

5.34. A CONTRATADA será a única responsável por todo e qualquer contato com seus fornecedores ou terceiros credenciados para encaminhamento e solução de quaisquer Chamados Técnicos, inclusive para os equipamentos complementares

5.35. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais da Assistência Técnica são qualificados e possuem os treinamentos para prestação dos serviços, conforme preconizado pelo fabricante.

5.36. O técnico da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, se apresentar ao responsável do Setor de Engenharia Clínica antes do início de quaisquer trabalhos, para acompanhamento dos serviços a serem realizados.

5.37. Os trabalhos programados devem ser realizados em períodos predeterminados e previamente acordados entre CONTRATADA e o Hospital.

5.38. Todas as atividades referentes à Assistência Técnica deverão ser registradas em Relatório Técnico, que deverá ser entregue em duas vias à CONTRATANTE, devendo constar no mínimo: Data e horário do Chamado Técnico, do Atendimento Técnico, da execução do serviço e da efetiva liberação do equipamento; Local no qual a assistência técnica foi acionada; Nomes dos responsáveis pelo chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as assinaturas de todos; Descrição do(s) equipamento(s) envolvido(s), inclusive com modelo, número de série e outros códigos identificadores; Descrição da(s) anormalidade(s) observada(s) no equipamento e na infraestrutura da instalação, bem como todas as recomendações para a operação do equipamento; Tarefas pendentes para a conclusão do serviço e respectivos prazos; Providências tomadas e reparos efetuados, relação das partes, peças e acessórios substituídos ou reparados, descrição dos serviços executados, versão do software atualizada, parâmetros calibrados ou aferidos; Valor unitário (em moeda brasileira) de cada peça/serviço e tempo despendido para o atendimento; Confirmação da instalação de novo lacre por parte do técnico do atendimento, devidamente assinada pelo responsável pelos equipamentos.

5.39. A CONTRATADA será responsável pela retirada e descarte dos materiais e resíduos gerados durante a intervenção técnica dos equipamentos, atendendo a leis vigentes e sob supervisão do Setor de Engenharia Clínica da CONTRATANTE.

5.40. **Durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deverá garantir:**

5.41. A CONTRATADA deve garantir abertura do Chamado Técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;

5.42. A CONTRATADA deve garantir Atendimento Técnico remoto em até 4 (quatro) horas úteis após a abertura do Chamado Técnico e presencial em até 2 (dois) dias úteis após abertura do Chamado Técnico.

5.43. Todas as atualizações de software ou de hardware e de qualquer hardware associado de apoio devem ser levados ao conhecimento do serviço de saúde no prazo de 60 (sessenta) dias de seu lançamento pela CONTRATADA

5.44. A CONTRATADA deverá garantir a qualquer tempo, sem custo a CONTRATANTE, a disponibilidade de esquemas técnicos, listas de peças, manuais de resolução de problemas, manuais de instrução de operação, senhas de acesso e todos os outros dados técnicos.

5.45. A CONTRATADA certifica e garante que o equipamento atende ou excede as disposições aplicáveis dos requisitos legais, regulatórios e normativos de segurança e eficácia. Caso as referidas leis, regulamentos e normas não sejam cumpridos, a CONTRATADA deverá corrigir as deficiências por recursos próprios.

5.46. A CONTRATADA deverá prestar todas as condições estabelecidas no presente anexo, quais sejam, garantias, manutenções, documentações, notificações de risco ou recalls, prestação de treinamentos, transporte, armazenamento, entrega dos produtos e serviços nos conformes do cronograma estabelecido, instalação e realização dos testes de aceitação do fabricante, sob pena de ressarcir o CONTRATANTE em todas as despesas com a contratação de produtos ou serviços de terceiros que venham a ser necessários em razão do não cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações e sanções previstas no Termo de Referência.

5.47. Durante o período de GARANTIA dos itens, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a celeridade no Atendimento Técnico dos Chamados Técnicos demandados pelo Hospital.
Meta a cumprir	2 (dois) dias úteis
Instrumento de medição	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica - GETS (Rede Ebserh)/data de abertura do chamado
Forma de acompanhamento	Pelo software dedicado de gestão de Engenharia Clínica - GETS (Rede Ebserh)//data de abertura do chamado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$TMA = ( \sum TA ) / N$ Onde: TMA = Tempo Médio de Atendimento, em dias úteis. TA = Tempo de Atendimento, é o período em dias úteis transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e o Primeiro Atendimento Técnico Presencial relativo a este chamado. $\sum TA$ = Somatório dos Tempos de Atendimento das Ordens de Serviço Executadas de Manutenção Corretiva. N = Quantidade de Ordens de Serviço Executadas de Manutenção Corretiva.
Início da vigência	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da fase 3. Poderá ser considerado como primeiro atendimento técnico eventuais atendimentos realizados pela CONTRATADA
Extensão de garantia	a) Cumprido a meta de 2 (dois) dias úteis: não haverá extensão de garantia b) TMA entre 3 (três) e 5 (cinco) dias úteis: extensão de 10 (dez) dias na garantia do equipamento para o qual foi realizado chamado técnico c) TMA acima de 5 (cinco) dias úteis: extensão de 30 (trinta) dias na garantia do equipamento para o qual foi realizado chamado técnico
Sanções	O atraso acima de 10 (dez) dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa CONTRATADA sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência. Eventuais atrasos justificados pela empresa CONTRATADA e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no tempo de garantia dos itens. A situação de emergência deverá ampliar os critérios de razoabilidade e de proporcionalidade na avaliação sobre eventual penalização, considerando que as causas de eventuais atrasos podem fugir da governabilidade dos fornecedores.

Indicador número 2 - Tempo Médio de Reparo (TMR)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a celeridade na Execução dos Chamados Técnicos demandados pelo Hospital Universitário Federal.
Meta a cumprir	5 (cinco) dias úteis
Instrumento de medição	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica - GETS (Rede Ebserh)/data de abertura do chamado
Forma de acompanhamento	Pelo software dedicado de gestão de Engenharia Clínica - GETS (Rede Ebserh)/data de abertura do chamado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$TMR = ( \sum TR ) / N$ Onde: TMR = Tempo Médio de Reparo, em dias úteis. TR = Tempo de Reparo, é o período em dias úteis transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e a Execução/conclusão da respectiva Ordem de Serviço deste chamado (com liberação do equipamento para uso, com 100% de suas funcionalidades). $\sum TR$ = Somatório dos Tempos de Reparo das Ordens de Serviço Executadas de Manutenção Corretiva. N = Quantidade de Ordens de Serviço Executadas de Manutenção Corretiva.
Início da vigência	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da fase 3.
Extensão de garantia	a) Cumprido a meta de 5 (cinco) dias úteis: não haverá extensão de garantia b) TMR entre 6 (seis) e 7 (sete) dias úteis: extensão de 10 (dez) dias na garantia do equipamento para o qual foi realizado chamado técnico c) TMR acima de 7 (sete) dias úteis: extensão de 30 (trinta) dias na garantia do equipamento para o qual foi realizado chamado técnico
Sanções	O atraso acima de 12 (doze) dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa CONTRATADA sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência. Eventuais atrasos justificados pela empresa CONTRATADA e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no tempo de garantia dos itens. A situação de emergência deverá ampliar os critérios de razoabilidade e de proporcionalidade na avaliação sobre eventual penalização, considerando que as causas de eventuais atrasos podem fugir da governabilidade dos fornecedores

#### 5.48. Critérios de Avaliação Técnica

5.48.1. Observando o Art. 122 do RCC 3.0, o Parecer Técnico será realizado por empregados públicos, servidores efetivos cedidos ou em exercício na Ebserh, e as propostas serão aprovadas ou reprovadas tecnicamente, durante a etapa de julgamento, minimamente de acordo com os seguintes parâmetros:

I - Verificação se o produto, especificações, apresentação, dentre outras informações técnicas do produto ofertado atende ao item licitado. A avaliação será realizada por meio do Catálogo Técnico dos produtos apresentado;

II - Análise Técnica do Certificado de Registro válido do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária -

Anvisa, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;

III - Análise Técnica de Declarações e Certificados de Dispensa, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;

IV - Análise do Atestado de Capacidade Técnica;

V - Verificação de histórico de uso, por meio de execução de Atas de Registros de Preços - ARPs e/ou Contratos já executados na Rede Ebserh;

VI - Verificação de existência de histórico de notificações, alertas de restrição ou interdição na ANVISA;

VII - Verificação de existência de histórico de notificações internas na Rede Ebserh por desvios de qualidade e/ou demais intercorrências;

VIII - Análise de Amostras.

## **6. GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. A execução do objeto será acompanhada em 03 fases. Todas as fases deverão ser previamente aprovadas pela CONTRATANTE, antes de serem executadas pela CONTRATADA:

6.2. **FASE 1 - Elaboração do Projeto (Plano de Trabalho)/ Fornecimento e instalação da infraestrutura necessária para realizar a ancoragem das estativas/ Fornecimento e instalação da ancoragem das estativas**

6.2.1. Após emissão da **Ordem de Fornecimento dos Equipamentos**, a CONTRATADA deverá apresentar um **Plano de Trabalho (completo, incluindo todas as fases) em até 15 dias**, para análise e aprovação do contratante.

6.2.2. O **Plano de Trabalho** deverá detalhar as atividades necessárias para sua execução, discriminando: Edificação, pavimento e sala; Lista de atividades a serem executadas; Data de início de cada atividade; Tempo de execução de cada atividade; Cargo e quantidade de colaboradores alocados para execução de cada atividade; Quantidade e tipo de insumos/materiais/equipamentos a serem utilizados em cada atividade.

6.2.3. O Plano de Trabalho estabelece as atividades programadas antes do início da implantação. Caso ocorram mudanças intempestivas, as alterações deverão ser tratadas pontualmente e o Plano de Trabalho deverá ser atualizado em conjunto com o hospital, desde que o hospital autorize.

6.2.4. A Fase 1 deverá ser completamente concluída pela CONTRATADA, em um prazo de até 60 dias após emissão da **Ordem de Fornecimento dos Equipamentos** pelo hospital, nos termos do presente Termo de Referência.

6.3. **FASE 2 - Fornecimento (entrega) das estativas**

6.3.1. As estativas deverão ser entregues pela CONTRATADA, em remessa única ou parcelada, conforme necessidade do HC-UFU/EBSERH, em um prazo de até 90 dias após emissão da **Ordem de Fornecimento dos Equipamentos** pelo hospital, nos termos presente Termo de Referência.

6.3.2. A **data prevista para entrega** deverá ser **confirmada** pela CONTRATADA diretamente ao Hospital, com no mínimo **15 (quinze) dias de antecedência**, sendo que qualquer alteração na data de entrega prevista deve ser comunicada previamente à unidade pela CONTRATADA, respeitado o prazo máximo de entrega previsto neste Termo de Referência.

6.3.3. Esta etapa contempla as atividades logísticas necessárias para o fornecimento, o transporte (horizontal e vertical), o recebimento físico e a conferência dos volumes do(s) Equipamento(s) Médico-Hospitalar(es) objeto da contratação, no local definitivo de instalação. A CONTRATADA será responsável por planejar e executar todo o processo de entrega dos EMHs, assegurando que os equipamentos sejam acondicionados, manuseados e transportados de forma segura e compatível com suas especificações técnicas. Deverá, ainda, manter comunicação prévia com o hospital para coordenação das datas e rotas de entrega, observando janelas operacionais e restrições locais de acesso.

6.3.4. Quando se tratar de equipamentos importados, a CONTRATADA deverá providenciar a nacionalização, liberação aduaneira e transporte até o local de instalação, arcando com todos os custos e tributos envolvidos, conforme legislação vigente. Os prazos relativos à importação deverão estar previstos no cronograma de fornecimento, e qualquer atraso decorrente da ausência de planejamento logístico será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.3.5. A entrega deverá ser acompanhada por equipe da CONTRATANTE, responsável por registrar o recebimento físico dos volumes e orientar o armazenamento inicial.

6.4. **FASE 3 - Instalação e Treinamento (técnico e operacional) das estativas**

6.4.1. As estativas deverão ser instaladas pela CONTRATADA, em um prazo de até 120 dias após emissão da **Ordem de Fornecimento dos Equipamentos** pelo hospital, nos termos presente Termo de Referência.

6.4.2. A instalação das estativas compreende a instalação física dos equipamentos objeto da contratação no ambiente previamente preparado, a realização dos testes de funcionamento e a validação técnica inicial.

6.4.3. A CONTRATADA deverá realizar a instalação conforme as exigências técnicas do fabricante. Todos os procedimentos deverão atender integralmente às instruções de montagem, segurança, calibrações, qualificações e operação descritas nos manuais técnicos e validadores do fabricante.

6.4.4. O agendamento dos treinamentos técnicos para o Setor de Engenharia Clínica e, dos treinamentos assistenciais para os profissionais indicados pelo hospital, deverá ser proposto pela CONTRATADA, e aprovado pela CONTRATANTE de acordo com suas necessidades (datas e períodos), de forma concomitante às instalações, para que no prazo de até 120 dias após emissão da **Ordem de Fornecimento dos Equipamentos** pelo hospital, todas as equipes já estejam treinadas.

6.4.5. A CONTRATADA deverá fornecer material de apoio e registrar a lista de presença dos participantes.

6.5. Qualquer necessidade de alteração nos prazos previstos neste Termo de Referência, deverá ser solicitada e justificada formalmente pela empresa CONTRATADA à CONTRATANTE e, poderá ou não ser aceita pela equipe de fiscalização do hospital.

6.6. **Dados para entrega:**

Endereço: Av. Amazonas, 2.210, bairro Umuarama, Uberlândia/MG, CEP 38405-302 - Para que um funcionário do hospital possa direcionar a transportadora para o bloco 8DJU, onde será realizada a efetiva entrega.

Horário de recebimento: Segunda a sexta-feira, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Telefone(s) para contato: (34) 3218-2171/ (34) 3218-2035 / (34) 3218-2427

E-mail: stec.hc-ufu@ebserh.gov.br e upat.hc-ufu@ebserh.gov.br

6.6.1. O endereço de entrega poderá ser alterado pelo contratante, desde que o novo local esteja dentro da unidade hospitalar do HC-UFU/EBSERH.

6.6.2. A movimentação do equipamento entre o local de entrega e o local de instalação é responsabilidade da contratada, sem custo adicional para a contratante.

#### 6.7. **Notas de Empenho**

6.7.1. As unidades contratantes poderão emitir Notas de Empenho em favor dos fornecedores contratados, conforme conveniência da administração, respeitados os quantitativos por participante, observado o edital.

6.7.2. Registra-se que o procedimento padrão da Ebserh é a emissão de uma Nota de Empenho mensal, por natureza de despesa, para cada fornecedor. Contudo, a unidade contratante poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês, a qualquer tempo, devido a oscilações de consumo ou por situações intempestivas que ensejam demandas adicionais.

6.7.3. A Nota de Empenho e a Ordem de Fornecimento, quando for o caso, deverão respeitar o fator embalagem dos produtos ofertados, conforme a proposta aprovada, bem como a legislação vigente que trata sobre o tema.

6.7.4. O valor mínimo para emissão de uma Nota de Empenho e Emissão da Ordem de Fornecimento por parte das unidades contratantes será o equivalente a 1% do valor estabelecido no art. 84, inciso II, do RCC 3.0.

6.7.5. Caso o valor máximo registrado na ARP ou no Contrato não atinja o percentual mencionado no item anterior, a Nota de Empenho contemplará o valor total da ARP ou do Contrato, observadas a natureza de despesa do bem e respeitados os quantitativos por participante.

6.7.6. As unidades contratantes poderão emitir dois tipos de Notas de Empenho para execução das despesas:

6.7.6.1. Empenho Ordinário - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração e será pago em uma única vez.

6.7.6.2. Empenho Global - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração, mas será pago de forma parcelada.

6.7.7. As Notas de Empenho emitidas pelo valor mínimo descrito neste tópico serão do tipo ordinário. As demais Notas de Empenho serão do tipo global.

6.7.8. As Notas de Empenho emitidas continuarão válidas mesmo após o término da vigência da ARP ou do Contrato, bem como quando inscritas em restos à pagar, quando alterado o exercício financeiro.

#### 6.8. **Troca de Marcas**

6.8.1. Em casos especiais e devidamente justificados, será admitida a substituição da marca ou modelo do produto, desde que por motivo superveniente e fundamentado que inviabilize a entrega do bem originalmente contratado.

6.8.2. A alteração deverá ser formalmente solicitada pelo fornecedor, acompanhada de justificativa técnica e documentação que comprove o motivo superveniente e a observância das especificações técnicas mínimas estabelecidas no Edital ou características superiores, com a manutenção integral dos preços.

6.8.3. A troca de marca só poderá ocorrer mediante análise técnica sobre a justificativa técnica e documentação apresentada pelo fornecedor e aprovação pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou a Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP).

6.8.4. O processo de troca de marca deverá observar:

6.8.4.1. solicitação do fornecedor, com justificativa técnica e documentação;

6.8.4.2. análise e aprovação da EFC ou da EFARP;

6.8.4.3. formalização do procedimento por apostilamento, com registro no processo.

#### 6.9. **Ordem de Fornecimento**

6.9.1. As unidades contratantes enviarão ao fornecedor Ordens de Fornecimento, em que constarão no mínimo as seguintes informações:

- I - Identificação da Unidade Solicitante;
- II - UASG do Órgão Gerenciador
- III - UASG do Órgão Participante e solicitante da Compra
- IV - Número da licitação;
- V - ARP / Contrato;
- VI - Dados da Nota de Empenho;
- VII - Número do Item do Pregão;
- VIII - Código do Catálogo Padronizado de Materiais do Governo Federal - Catmat;
- IX - Código Interno de Padronização da Empresa - Código Ebserh;
- X - Código Interno do Sistema de Controle - Código AGHUX;
- XI - Descrição do Produto, com apresentação e marca;
- XII - Valor Unitário do Item;
- XIII - Quantidade a ser empenhada do item;
- XIV - Valor total;
- XV - Prazo para Entrega, conforme edital;
- XVI - Data Prevista para Entrega;
- XVII - Endereço, horários e contatos para entrega;
- XVIII - Modelo de parcelamento de entrega;
- XIX - Informações gerais sobre a execução do objeto e sanções administrativas.

6.9.2. A Ordem de Fornecimento só poderá ser enviada por representantes da EFC ou da EFARP.

6.9.3. Os setores/unidades/clínicas e demais profissionais de destino dos produtos não estão autorizados a solicitar pedidos de compras diretamente à contratada.

6.9.4. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o fornecedor deverá enviar a previsão de entrega dos insumos em até 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico [stec.hc-ufu@ebserh.gov.br](mailto:stec.hc-ufu@ebserh.gov.br), contendo:

I - Número do Documento Fiscal;

II - Data de emissão do Documento Fiscal;

III - Data prevista para entrega.

**6.10. Nota Fiscal**

6.10.1. A contratada deverá emitir notas fiscais de venda de materiais de consumo, devendo encaminhar o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) para a área que enviou a Ordem de Fornecimento, conforme o modelo de comunicação estabelecido neste Termo de Referência.

6.10.2. Os itens entregues sempre deverão ser acompanhados de Nota Fiscal, que, além dos dados obrigatórios pela legislação vigente, deverá minimamente conter:

I - Número da Ordem de Fornecimento;

II - Nota de Empenho;

III - Número da licitação;

IV - Dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta corrente);

V - Descrição do Produto;

VI - Fabricante;

VII - Lote e quantidades correspondentes;

VIII - Prazo de validade.

6.10.3. A Contratada deverá obrigatoriamente destacar na Nota Fiscal a tributação a ser retida, conforme artigo 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

6.10.4. Adicionalmente, a Nota Fiscal emitida deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:

I - Data de emissão posterior à de emissão da Nota de Empenho;

II - CNPJ e endereço do HUC/UFUE, conforme emissão da Nota de Empenho;

III - CNPJ da empresa vencedora, que deverá ser o mesmo informado nos documentos de habilitação da licitação que deu origem à Nota de Empenho.

6.10.5. As informações sobre os lotes e validade devida deverão constar na Nota Fiscal e precisam convergir com o material entregue. Caso existam divergências, a área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento formalizará junto ao fornecedor a necessidade de Carta de Correção de informações.

**6.11. Condições de Entrega**

6.11.1. Os itens entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Ordem de Fornecimento e o número da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, modelo, nome do fabricante, número do lote/série, data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.

6.11.2. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade, inadequação em relação ao conteúdo.

6.11.3. Os materiais que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados no prazo determinado pelas unidades hospitalares contados da comunicação formal da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoque

6.11.4. São de responsabilidade da Contratada as condições de conservação dos materiais entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.

6.11.5. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela Anvisa ou respectivo órgão de controle competente.

6.11.6. Deverá constar na embalagem do material: nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, prazo de validade, nº do registro no Ministério da Saúde.

6.11.7. Os materiais adquiridos pela Contratante poderão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue, a critério da unidade requisitante, que, conforme sua necessidade, poderá solicitar detalhamentos sobre as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.

6.11.8. A fim de comprovar a qualidade do produto contratado, caso haja queixa técnica ou suspeita de irregularidade da Contratada, a Contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise.

6.11.9. Caso o material ofertado apresente suspeita de irregularidade, a Contratada deverá arcar com os custos da análise em laboratórios da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde).

6.11.10. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante; sendo que todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização, nos termos legais.

6.11.11. Os materiais recebidos estarão sujeitas a análise extemporânea e cancelamento da aquisição com vistas a ações de tecnovigilância realizadas pela Rede Ebserh em quaisquer de suas Unidades Hospitalares.

6.11.12. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) emitir notas fiscais de venda.

6.11.13. As informações contidas na Nota Fiscal/Fatura de Fornecimento deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de forma a facilitar a conferência.

6.11.14. Na nota fiscal deverá constar a descrição do material.

6.11.15. O produto importado terá que trazer em sua embalagem as instruções em português.

6.11.16. As embalagens terão que conter todos os dados referentes ao produto, como determina o Código de Defesa do Consumidor (fabricante, data de fabricação, lote, data de esterilização, prazo de validade, advertências, etc.), assim como o Registro junto ao Ministério de Saúde (Conforme Portaria nº 01, de 3/01/96).

6.11.17. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante. Exceção será feita àqueles produtos comprados em quantidade inferior a menor embalagem expedida pelo fabricante.

6.11.18. O HC-UFU/EBSERH reserva o direito de não receber produtos que sejam entregues:

6.11.18.1. em embalagens de papelão que contenham diversos produtos, ou seja, na mesma caixa materiais diferentes, não proporcionando uma condição boa de identificação e conferência no ato do recebimento;

6.11.18.2. em embalagens que apresentem sinais de violação ou que estejam em estado precário que levante dúvidas quanto à procedência do item.

#### 6.12. **Termos de Recebimento Provisório e Definitivo**

6.12.1. Somente na FASE 2, será aplicado o Termo de Recebimento Provisório (TRP). Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável em acompanhar e fiscalizar o objeto, para efeito de verificação da sua conformidade diante das especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.12.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da notificação feita à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.12.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.12.4. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a Contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.

6.12.5. As informações sobre os lotes e validades deverão constar na nota fiscal (NFE) e precisam convergir com o material entregue. Caso existam divergências, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) irá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Correção de informações, visto que é através das informações da nota fiscal que são tratados possíveis desvios de qualidade, notificações no vigihosp e/ou alertas de tecnovigilância e farmacovigilância.

6.12.6. Para entrega de lotes com validades inferiores as previstas no edital e/ou contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) poderá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Compromisso de Troca de material em caso de perda futura por validade vencida, caso venha a aceitar o material.

6.12.7. O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) de cada uma das três fases (fase 1, fase 2 e fase 3), será assinado pela CONTRATANTE somente após a verificação/aceite: da qualidade, da quantidade do material e da conclusão de todos os processos envolvidos no objeto desta licitação, mediante termo circunstanciado;

6.12.8. No recebimento definitivo de cada fase, os itens poderão ser recusados pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP), tanto de forma integral ou parcial. Toda informação divergente do contrato ou ata, o fato gerador para a recusa, será formalmente registrado e comunicado ao fornecedor, respeitados os prazos inseridos no edital do processo licitatório.

6.12.9. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido a ausência de documentação exigível, negação por parte do fornecedor sobre a troca parcial, negação de emissão de cartas de correção e de Compromisso de Troca de material, ou mesmo por conta de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento.

6.12.10. Em caso de recebimento parcial da nota fiscal, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) poderá disponibilizar o material parcialmente recebido e atestado para utilização. Contudo, será estabelecido um prazo ao fornecedor para solução do problema. Caso o fornecedor não resolva a questão até o prazo estipulado, que poderá ser equivalente ao prazo regular de entrega do edital/contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP) deverá proceder com a instrução de pagamento da nota fiscal ao fornecedor, com a glosa referente aos quantitativos e/ou produtos em não conformidade.

6.12.11. Para solução do problema, como melhores práticas, o fornecedor poderá entregar o material correto através de nota de simples remessa ou apresentar nota fiscal de devolução dos materiais e/ou quantidades não conformes da carga inicial. Caso o fornecedor se negue a entregar a nota fiscal de devolução a glosa é suficiente para solução do problema. Ainda mais, nos casos em que o fornecedor não realize o recolhimento do produto em até 45 dias, o hospital poderá dar fim a carga em desconformidade.

6.12.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata. Na entrega, será efetuada a conferência dos produtos, para verificação da conformidade destes com o constante na Nota de Empenho e nas exigências deste Termo de Referência.

#### 6.13. **Controle e Fiscalização da Execução**

6.13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do acordo e cumprimento da legislação pertinente, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 207 a art. 213 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh - RCC 3.0.

6.13.2. É facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização, desde que justificada a necessidade de assistência especializada, desde que a empresa ou o profissional contratado assuma a responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmando o termo de compromisso de confidencialidade e não podendo exercer atribuição própria e exclusiva de representantes da Ebserh, conforme o art. 207, §1º do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh - RCC 3.0.

6.13.3. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.13.4. A CONTRATADA deve indicar preposto, aceito pela Ebserh, para representá-la durante a execução do contrato/ata.

6.13.5. O objeto da ata de registro de preços será recebido:

- I - provisoriamente, pelo fiscal técnico do contrato/ata, para verificação da conformidade com as exigências contratuais;
- II - definitivamente, pelo gestor do contrato/ata, após validação dos demais integrantes da EFC, quando verificado o atendimento das exigências contratuais.

6.13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

6.13.7. A fiscalização técnica das atas avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme item XX deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.13.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação do objeto.

6.13.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh.

6.13.10. O objeto da prestação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com o Termo de Referência.

6.13.11. A fiscalização será de competência e responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento está sendo plenamente cumprido, dentro das especificações e demais registros, bem como autorizar o pagamento das faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

6.13.12. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.13.13. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato/ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.13.14. O fiscal deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura de Serviços devidamente atestada, ao Setor de Gestão Orçamentária e Financeira, em até 05 (cinco) dias, contados da assinatura do termo de recebimento definitivo, para que seja efetuado o pagamento. O atesto da NF/fatura somente deverá ser realizado após a conferência da regularidade dos serviços e/ou entrega do(s) material(is).

#### 6.14. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

##### 6.15. **Pagamento**

##### 6.16. **OS PAGAMENTOS SERÃO FEITOS DE ACORDO COM AS FASES:**

I - 10% DO VALOR TOTAL EMPENHADO, após a conclusão da FASE 1 (Elaboração do Projeto (Plano de Trabalho)/ Fornecimento e instalação da infraestrutura necessária para realizar a ancoragem das estativas/ Fornecimento e instalação da ancoragem das estativas);

II - 30% DO VALOR TOTAL EMPENHADO, após a conclusão da FASE 2 (Fornecimento - entrega - das estativas);

III - 60% DO VALOR TOTAL EMPENHADO, após a conclusão da FASE 3 (Instalação e Treinamento - técnico e operacional - das estativas)

6.17. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura de ambas as partes, do Termo de Recebimento Definitivo de cada uma das três fases, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.17.1. O valor do pagamento devido à CONTRATADA será apurado conforme especificado neste Termo de Referência.

6.17.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da ata de registro de preços.

6.17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

6.17.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.17.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.17.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.17.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.17.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.17.13. Será rescindido o contrato/ata em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

- 6.17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.17.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.17.16. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária. Para a realização do cálculo do IPCA pode ser utilizada a Calculadora do Cidadão do Banco Central (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).
- 6.18. **Índice de Medição de Resultados**
- 6.18.1. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será realizada: por meio eletrônico, via e-mail; por telefone.
- 6.18.2. Instrumento de Medição de Resultado (IMR):
- 6.18.3. O controle de medição de avaliação de qualidade da prestação do objeto representará 5% (cinco por cento) do valor total contratado. Desta forma, 95% (noventa e cinco por cento) do valor total definido para cada fase (no item 8.2 deste Termo) será pago, referente ao objeto efetivamente executado. Será acordado que as falhas de qualidade vão gerar descontos após serem registradas as ocorrências.
- 6.18.4. As falhas na qualidade da execução do objeto serão registradas pelos fiscais nos formulários de registro de ocorrência, conforme os dias em atraso na conclusão das fases. As faixas de ajuste de pagamento encontram-se especificadas no item 8 da tabela abaixo. Quanto maior a quantidade de dias de atraso, maior será o desconto do total contratado, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).
- 6.18.5. Durante a verificação da conformidade na conclusão de cada fase, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

INDICADOR Nº 1 - ATENDIMENTO AOS PRAZOS DEFINIDOS PARA CONCLUSÃO AS FASES 1, 2 E 3	
Item	Descrição
1. Finalidade	Garantir os prazos pactuados
2. Meta a cumprir	Completar FASE 1: até 60 dias após emissão da Ordem de Fornecimento Completar FASE 2: até 90 dias após emissão da Ordem de Fornecimento Completar FASE 3: até 120 dias após emissão da Ordem de Fornecimento
3. Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento Documento com o registro da entrega definitiva de cada fase
4. Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
5. Periodicidade	Data prevista para a conclusão de cada fase
6. Mecanismo de cálculo	Cálculo: (Dias percorridos) = (Data de conclusão de cada fase) - (data de emissão da Ordem de Fornecimento)  Exemplo: O equipamento foi instalado em 10/07/2023, sendo que a data do recebimento da ordem de fornecimento foi em 10/06/2023. Portanto, no presente caso, foram percorridos 30 (trinta) dias até a entrega. A partir da obtenção do prazo dos Dias Percorridos, será calculada a quantidade de dias de atraso da instalação dos itens.
7. Início da vigência	Data de emissão da Ordem de Fornecimento/ata de registro de preços
8. Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de cada fase: pagamento de 100% do valor definido no item 8.2 deste Termo b) Atraso de até 2 dias: pagamento de 99% do valor definido no item 8.2 deste Termo c) Atraso entre 2 e 5 dias: pagamento de 97% do valor definido no item 8.2 deste Termo d) Atraso acima de 5 dias: pagamento de 95% do valor definido no item 8.2 deste Termo
9. Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
10. Observações	Caso a Ordem de Fornecimento seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida. As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto. Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa. A situação de emergência deverá ampliar os critérios de razoabilidade e de proporcionalidade na avaliação sobre eventual penalização, considerando que as causas de eventuais atrasos podem fugir da governabilidade dos fornecedores.

7. **SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 7.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**
- 7.2. O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal - *Compras.gov*, de acesso público na internet, de acordo com o art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0, com adoção dos seguintes parâmetros:

I - O critério de julgamento será pelo **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no

instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

II - O modo de disputa será do tipo "aberto e fechado", observado as especificações contidas no instrumento convocatório.

III - Será adotada a utilização de 2 (duas) casas decimais para composição e classificação dos lances, considerando os valores unitários ofertados.

IV - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,75%.

### 7.3. **Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte**

7.4. Não foi fixada cotas reservadas para ME/EPP, considerando que para o atendimento do objeto deste processo licitatório não foi identificado o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, em respeito ao disposto no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123 de 2006, sendo necessário que se abra para ampla concorrência para que seja alcançado maior número de participantes.

### 7.5. **Capacidade econômico-financeira**

7.5.1. Dispensa-se o requisito de habilitação econômico-financeira com base no § 9º do art. 65 do RCC 3.0. Esse dispositivo estabelece que, nos casos de aquisições cujos valores se enquadrem nos limites do art. 84, inciso II (para bens e serviços), deverão ser exigidos apenas os requisitos de habilitação previstos nos incisos I e II do caput do referido artigo, sendo facultada a dispensa dos requisitos constantes dos incisos III a V.

7.5.2. Além disso, o § 9º também admite, nos casos de aquisições de bens para entrega imediata, cujo valor seja superior ao limite estabelecido no art. 84, inciso II, a dispensa do requisito de habilitação previsto no inciso IV do caput (capacidade econômico-financeira), desde que haja prévia avaliação de riscos.

7.5.3. Assim, para os itens/grupos de entrega imediata cujos valores sejam superiores aos limites estabelecidos no art. 84, inciso II, serão dispensados os requisitos de capacidade econômico-financeira, considerando que nesta contratação, que visa o registro de preços para aquisição de equipamento médico, não se mostra necessária a exigência de documentos comprobatórios de capacidade econômico-financeira dos licitantes.

7.5.4. O SRP não gera obrigações contratuais imediatas, pois há apenas expectativa de contratações futuras, que dependerão de autorizações posteriores e da disponibilidade orçamentária. Assim, inexistente risco direto de inadimplência financeira que justifique a imposição de comprovação econômico-financeira nesta fase do certame.

7.5.5. Destaca-se também a natureza do objeto da contratação, cujo risco operacional é limitado, diferente da execução de obras, serviços complexos ou de outras contratações que exigem comprometimento significativo de capital. Desta forma, a comprovação econômico-financeira não se configura essencial para garantir a execução futura da ARP, ou mesmo de contrato.

7.5.6. A dispensa da exigência visa ainda ampliar a competitividade e a participação de fornecedores, alinhando-se ao princípio da ampla concorrência. Adicionalmente, as contratações decorrentes das ARPs estarão sujeitas a nova verificação documental quando da formalização do contrato, permitindo à Ebserh reavaliar a capacidade do fornecedor naquele momento, garantindo segurança e eficiência.

7.5.7. Por fim, a dispensa dos requisitos de capacidade econômico-financeira demonstra uma decisão adequada e tecnicamente justificável, observando os princípios de proporcionalidade, eficiência e competitividade, uma vez que: não há obrigação contratual imediata, o objeto é em regra oriundo de um processo interno de padronização e de baixo risco operacional, e a decisão amplia a participação de fornecedores no processo licitatório.

### 7.6. **Qualificação técnica**

7.6.1. O licitante deverá comprovar a aptidão para o fornecimento do objeto mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.6.2. Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Anvisa, da sede da licitante, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa;

7.6.3. **Declaração** em papel timbrado da CONTRATADA fazendo referência ao presente Edital de Pregão, declarando que, caso seja a vencedora, até a assinatura da ata de registro de preços, possuirá rede de assistência técnica treinada, certificada e credenciada pelo fabricante e que prestará assistência técnica durante a instalação e o período de garantia das estativas, incluindo: equipamentos, partes, peças, acessórios, softwares (devendo constar o nome, cnpj, endereço e telefone da assistência técnica);

7.6.4. Declaração de que todos os equipamentos, *softwares*, sistemas, partes peças e acessórios ofertados possuem, quando aplicável, Registro de Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Caso algum equipamento, *software*, sistema, parte, peça ou acessório, não seja passível de registro na Anvisa, caberá ao LICITANTE demonstrar isto apresentando documento emitido pela Anvisa.

I - Serão considerados como documentação técnica os manuais e relatórios técnicos dos fabricantes, aprovados e integrantes dos processos de registro de produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de acordo com a legislação sanitária em vigor em especial, Lei nº 6.360/1976, Lei nº 6.437/1977, Decreto nº 8.077/2013, RDC Anvisa nº 751/2022.

II - As especificações técnicas deste edital estabelecem as características mínimas a serem atendidas pelos equipamentos ofertados. As empresas LICITANTES deverão obrigatoriamente descrever e detalhar todos os seus equipamentos, partes, componentes, softwares e acessórios em sua proposta comercial devendo todas as suas características serem comprovadas em manuais, catálogos e datasheets apresentados. Deve ainda, informar obrigatoriamente marca, modelo e o part-number, quando aplicável, de todos esses.

III - Para os fins de verificação de conformidade da documentação, em atendimento aos incisos I e II deste subitem, a LICITANTE deverá destacar e indicar nos documentos apresentados, o local em que se encontram as informações técnicas que evidenciam o cumprimento dos requisitos estabelecidos nas especificações dos equipamentos listados no **Anexo I**. As informações devem ser apresentadas conforme planilha do **Anexo I** verificação de especificação técnica do objeto, dos equipamentos complementares e acessórios.

IV - Os documentos deverão ser apresentados em meio eletrônico.

7.7. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características e quantidades compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

7.8. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica fornecido(s) por empresas distintas, públicas ou privadas, em papel timbrado da pessoa jurídica, que comprove(m) a venda e entrega, pré-instalação e instalação, configuração e garantia prestada(s) em Estativas para Centro Cirúrgico e UTI similares às do objeto desta licitação, **conforme Tabela 1**.

7.9. O(s) atestado(s)/declaração(ões) deverá(ão) comprovar o fornecimento nas condições citadas para no mínimo 20% (vinte por cento) do quantitativo total do item em disputa.

7.9.0.1. Somente serão aceitos atestados que se referiram a contratos já concluídos;

7.9.0.2. O LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, tais como cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

7.9.1. Comprovação da contratada, por ocasião da contratação, de registro ativo e quitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região a que estão vinculadas a cada uma das empresas indicadas para realizar a pré-instalação e instalação dos equipamentos, testes, garantia de funcionamento e treinamentos, quando não a própria CONTRATADA;

7.9.2. Comprovação, por ocasião da contratação, de que a contratada, assim como cada uma das empresas indicadas/subcontratadas pela contratada (quando aplicável, de acordo com este Termo de Referência), responsáveis pela elaboração e execução de **projetos para fornecimento e instalação da infraestrutura necessária para realizar a ancoragem, além da pré instalação (ancoragem), instalação das estativas (incluindo adequações e adaptações) e do treinamento**, possui em seu quadro de funcionários, pelo menos 1 (um) profissional de nível superior, com formação em engenharia civil ou arquitetura, **detentor de Atestados de Responsabilidade Técnica (ART), com apresentação de** Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida também pelo CREA, que comprove ter executado serviços de características semelhantes aos descritos no objeto:

7.9.2.1. Comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico com a licitante poderá ser por intermédio de Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou pela Certidão de Registro da Licitante no CREA, se nela constar o nome do profissional indicado.

7.9.2.2. Comprovação da formação se dará através de cópias de diploma(s) fornecido(s) por instituição de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação, devidamente registrado(s) no CREA, detentor de atestados de responsabilidade técnica comprovados por meio de apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida também pelo CREA, por execução de serviço de características semelhantes aos descritos no objeto.

7.9.3. Declaração da CONTRATADA de que prestará garantia dos equipamentos pelo período definido neste edital (36 meses), nos locais de instalação dos equipamentos, conforme estabelecido nos anexos desse Termo de Referência;

7.9.4. Declaração em que conste o endereço de assistência técnica à solução, bem como o número telefônico para chamados técnicos

7.9.5. A LICITANTE, para a realização de instalação, manutenção e garantia dos **Equipamentos Médico-Hospitalares objetos desta contratação**, deverá comprovar sua capacidade técnica através de documento (Contrato, Certificado ou Declaração) da atividade de assistência técnica emitido pelo Fabricante, ou estar investida da condição de autorizada para prestação de serviço de assistência técnica autorizada pelo respectivo fabricante, quando não a própria LICITANTE.

7.9.6. A CONTRATADA deverá garantir a qualquer tempo, sem custo a CONTRATANTE, à disponibilidade de esquemas técnicos, listas de peças, manuais de resolução de problemas, manuais de instrução de operação, senhas de acesso e todos os outros dados técnicos

7.9.7. Ficará sob responsabilidade da CONTRATADA o transporte horizontal, vertical e/ou içamento, se necessário, das partes e peças dos equipamentos da solução.

7.9.8. Declaração da CONTRATADA de que a empresa será inteiramente responsável pela pré-instalação, instalação e treinamento das estativas, incluindo as fases 1, 2 e 3 indicadas no item 7 deste Termo de Referência.

7.9.9. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da CONTRATADA;

7.9.10. Prospecto (Manual do Equipamento Registrado na ANVISA e/ou Relatório Técnico entregue na ANVISA, em português, do item, juntamente com a proposta, como forma de atendimento e verificação do produto às especificações técnicas solicitadas;

7.9.11. A adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro);

7.9.12. Registro do produto na ANVISA;

7.9.13. Declaração de que as peças de reposição estarão disponíveis no mercado para aquisição futura, por um período não inferior a dez anos;

7.9.14. Declaração de comprometimento do fabricante ou representante autorizado, informando que se disponibiliza a fornecer treinamentos dos equipamentos (sem incidência de custos adicionais para a CONTRATANTE), para usuários (treinamento operacional) e técnicos (treinamento técnico para engenharia clínica), nos locais indicados pelo hospital, em turnos definidos pelo comprador (manhã, tarde e noite, se necessário), totalizando até 16 horas de treinamento (de acordo com a demanda do hospital), sem custos para a contratante. Os treinamentos deverão ser presenciais;

7.9.15. Declaração de comprometimento do fabricante ou representante autorizado, informando que se disponibiliza a vender peças/realizar serviços diretamente para a empresa de engenharia clínica que prestar serviço para a instituição no momento em questão (emitindo NF no CNPJ da empresa terceirizada);

7.9.16. Os contratos regidos pelo Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC 3.0) somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 192 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC 3.0)

7.9.17. A apresentação de declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei n.º 13.303/2016 e no RCC 3.0

## 7.10. Outras Exigências de habilitação

7.10.1. As condições de participação, de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no edital do certame.

7.10.2. As demais cláusulas específicas que irão regular a seleção de fornecedores constam no edital.

## 8. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, recomenda-se ao LICITANTE, que realize vistoria nas instalações dos locais de implantação da solução, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços, acompanhada por profissional da respectiva Unidade Hospitalar designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e 13h30min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (34) 3218-2171 e através do e-mail: stec.hc-ufu@ebserh.gov.br.

8.2. Para a vistoria, a LICITANTE ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento comprovando sua designação.

8.3. É sabido que as estativas costumam ter necessidades diferentes no que se refere às condições do ambiente em que serão implantados, tais como rede elétrica, cargas estruturais específicas, ancoragem, entre outras. A aquisição destes equipamentos pressupõe que os licitantes tenham conhecimento prévio das condições nas quais a solução será implantada, para que, com base em tal conhecimento, elaborem suas propostas para a execução dos projetos e, em especial, para a realização das adaptações na infraestrutura.

8.4. O Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia apresentará as informações sobre os ambientes em que as estativas serão instaladas e, entende que a verificação *in loco* é essencial.

8.5. É fundamental a visita para avaliação do local de instalação dos equipamentos e constatação dos serviços a serem fornecidos e precificados nas fases de projeto e adequações de infraestrutura. Optou-se por enfatizar a visita ao local com o intuito de garantir um conhecimento prévio da estrutura a ser mobilizada para a plena viabilidade de instalação das estativas.

8.6. Por fim, sugere-se que a visita seja realizada com o acompanhamento de profissional de engenharia e arquitetura devido à complexidade das possíveis adequações na infraestrutura, essas não se limitando aos aspectos arquitetônicos, elétricos e de climatização, mas podendo abranger outras disciplinas de infraestrutura que se fizerem necessárias para o correto funcionamento das estativas. Da mesma forma, a empresa licitante poderá mapear os riscos envolvidos na execução das adequações de infraestrutura e vislumbrar os personagens e responsáveis por atuar antes, durante e depois de sua execução.

8.7. Está previsto o prazo de **15 (quinze) dias úteis (contados à partir da publicação do Edital)**, para que cada licitante tenha tempo hábil para realizar a vistoria e elaborar propostas com bases concretas.

8.8. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.9. A realização da vistoria pode ser comprovada por declaração de vistoria assinado pelo profissional designado para o acompanhamento da vistoria, atestando que a LICITANTE vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e das condições locais para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto deste Termo de Referência.

8.10. Faculta-se aos licitantes, a substituição do Atestado de Vistoria por uma Declaração formal, assinada pelo representante responsável, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato.

8.11. A licitante que optar pela NÃO realização da vistoria, vindo a se sagrar vencedora, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização dos serviços e suas peculiaridades, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

## 9. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS

9.1. Em conformidade com o art. 30 do RCC 3.0 da Ebserh, os preços referenciais adotados para esta licitação são sigilosos, sendo tornados públicos apenas após a fase de lances das propostas, durante a etapa externa do certame.

9.2. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

9.3. Registra-se que a estimativa de preços para esta contratação foi realizada no Processo SEI nº 23860.034676/2025-39., em que consta a memória de cálculo para a estimativa de toda demanda da contratação.

## 10. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 10.1. Das Obrigações da Contratante

10.1.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

10.1.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.3. Os pontos elétricos e de gases serão entregues no entreforro pela contratante, para que a contratada possa iniciar a pré-instalação (incluindo ancoragem) e a instalação das estativas.

### 10.2. Das Obrigações da Contratada

10.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: descrição do objeto, marca/modelo, unidade de medida, quantidade do item, valor unitário e total do item e prazo de garantia ou validade;

10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3. Responsabilizar-se, quando aplicável, pelo fornecimento, entrega, instalação, treinamento operacional, treinamento técnico e garantia dos equipamentos, objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros;

10.4. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas dos vários órgãos normatizadores e regulamentadores (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho Federal dos Técnicos - CFT, e etc.) correspondentes às demandas descritas no Termo de Referência;

10.5. Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do objeto pactuado e também às demais informações internas da CONTRATANTE, a que a CONTRATADA tiver conhecimento.

10.5.1. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o

cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5.2. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, caso seja necessário celebrar contrato.

10.5.3. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

10.5.4. Atender, em qualquer tempo, as solicitações para fornecimento de amostras dos produtos, formuladas pela Contratante, para análise da qualidade dos produtos;

10.5.5. Substituir de forma automática o produto recusado pela Contratante, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais condições do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos lotes recusados;

10.5.6. Efetuar, por sua conta e ônus, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, a troca dos produtos que se deteriorarem ou perderem suas características, respeitadas as condições de estocagem e o prazo de validade dos produtos.

10.5.7. Cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, bem como todas as exigências contidas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços, que sejam de inteira competência do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO.

10.5.8. Ter em seus estoques quantitativos suficientes para atender à Contratante, na forma e qualidades adequadas, de acordo com os parâmetros adotados pelo órgão fiscalizador oficial competente;

10.5.9. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.5.10. Manter, durante toda a vigência da Ata, a regularidade da empresa junto ao Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal). Conforme art. 20 da Lei n.º 14.973/2024 e art. 6º da Lei 10.522/2002, a existência de registro no Cadin, constitui fator impeditivo para: (i) realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos, (ii) concessão de incentivos fiscais e financeiros, (iii) celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

10.5.11. Não transferir a outrem por qualquer forma, mesmo que parcialmente, a obrigação da presente Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

10.5.12. Assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;

10.5.13. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

10.5.14. A CONTRATADA deverá realizar visitas técnicas durante o período de licitação para constatar as condições da infraestrutura física a ser adequada para a pré-instalação e instalação de seu equipamento.

10.5.15. A entrega e transporte das estativas até os locais de instalação, serão de TOTAL responsabilidade da contratada. A pré- instalação e a instalação dos equipamentos devem ser executadas pelo fornecedor, sem ônus nenhum para o hospital e deve estar inclusa a confecção de adaptadores, parafusos, parabolts de fixação e demais materiais necessários para a completa instalação do equipamento.

10.5.16. A pré-instalação (ancoragem) e a instalação das estativas serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa vencedora do certame (CONTRATADA), abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada, bem como de todos os materiais, insumos, dispositivos e acessórios necessários à perfeita ancoragem, fixação e instalação dos equipamentos.

10.5.17. O fornecimento e a instalação da infraestrutura para necessária para realizar a ancoragem das estativas é de total responsabilidade da contratada. O material deve ser resistente e capaz de suportar as cargas máximas das estativas. O serviço deverá ser feito pela própria contratada ou, por empresa subcontratada.

10.5.18. **Havendo necessidade de adequações, adaptações, reforços estruturais ou soluções específicas para a ancoragem e fixação das estativas, estas deverão ser integralmente projetadas, providas e executadas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.**

10.5.19. As estativas deverão ser devidamente fixadas pela CONTRATADA, em conformidade com as especificações do fabricante, normas técnicas aplicáveis e condições estruturais do local de instalação, garantindo a segurança operacional, estabilidade mecânica e pleno funcionamento do sistema

10.5.20. A estativa destinada ao Centro Cirúrgico deverá permitir a instalação de ponto de extensão destinado à conexão de monitor secundário, possibilitando a replicação simultânea da imagem proveniente do monitor do foco cirúrgico de teto já adquirido pelo hospital, modelo Volista, da fabricante Getinge, equipado com câmera e monitor.

10.5.21. A CONTRATADA deverá assegurar a compatibilidade física, elétrica e funcional da estativa com o referido sistema, sendo responsável pelo fornecimento, instalação, interligação, cabeamento, interfaces, suportes e demais acessórios necessários, de modo a garantir a reprodução fiel da imagem, o pleno funcionamento do sistema, a segurança operacional e a conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

10.5.22. A contratada será responsável pela coleta e retirada de todos os resíduos/entulhos gerados nos processos de pré-instalação e instalação das estativas.

10.5.23. Todos os materiais a serem empregados pela CONTRATADA na realização dos serviços e nas diversas reposições e reparos deverão satisfazer às especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, ainda, serem de qualidade, modelo, marca e tipo aprovados pela CONTRATANTE. 3.2. Em casos especiais, tratando-se de material para o qual ainda não haja especificações aprovadas pela ABNT, ou outra entidade competente, deverão ser utilizadas normativas de outras entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), conforme disposições do Art. 39 inciso VIII da Lei nº: 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem qualquer ônus à contratante.

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

11.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;

11.1.2. **Multa de:**

11.1.2.1. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor empenhado dos itens, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

11.1.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.1.4. Considerando o princípio da razoabilidade, as sanções de advertência e suspensão não podem ser aplicadas concomitantemente.

11.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor empenhado do item
2	0,4% sobre o valor empenhado do item
3	0,8% sobre o valor empenhado do item
4	1,6% sobre o valor empenhado do item
5	3,2% sobre o valor empenhado do item

Tabela 2

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	MODO	GRAU
1	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, caso aplicável	Por ocorrência	1
2	Deixar de prestar esclarecimentos, quando solicitados	Por ocorrência	1
3	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, ata de registro de preços e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	Por ocorrência	2
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega do equipamento	Por dia	3
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	Por ocorrência	5
6	Não manter em conformidade os documentos de habilitação exigidos neste documentos e anexos	Por ocorrência	2
7	Deixar de apresentar Garantia de Qualidade do objeto	Por ocorrência	5
8	Deixar de fornecer documentos solicitados no Termo de Referência (TR), registros, certidões entre outros	Por ocorrência	5
9	Deixar de identificar corretamente os dados nas NOTAS FISCAIS os quais foram informados nas comunicações de uso	Por ocorrência	5
10	Deixar de cumprir as determinações da LGPD	Por ocorrência	5
11	Deixar de atender a logística de transporte	Por ocorrência	2
12	Deixar de realizar as reposições do equipamento nos prazos determinados no Termo de Referência	Por ocorrência	2
13	Deixar de atender os critérios de sustentabilidade	Por ocorrência	2
14	Deixar de entregar o equipamento na data estabelecido neste Termo de Referência	Por dia	5
15	Deixar de substituir o equipamento com embalagens danificadas ou quebradas	Por ocorrência	1

11.3. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

11.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

11.3.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

11.3.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.3.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

11.3.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

11.3.8. não mantiver a proposta;

11.3.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.3.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

11.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

11.5.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

## 12. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

12.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

12.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Por se tratar de licitação para registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento equivalente, sendo dispensada no planejamento da contratação, nos termos do art. 108 do RCC 3.0.

## 14. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

### 14.1. Da Subcontratação

14.2. Será admitida a subcontratação dos seguintes itens (Fase 1):

14.3. Elaboração de **projetos para fornecimento e instalação da infraestrutura necessária para realizar a ancoragem das estativas O material deverá ser resistente e capaz de suportar as cargas máximas das estativas.**

14.4. Execução de **adequações** e adaptações da infraestrutura **para realizar a ancoragem das estativas** .

14.5. A admissão de subcontratação parcial da solução, não implica em prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá transmitir à(s) subcontratada(s) todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar sua execução.

14.6. A(s) subcontratada(s) deve(m) atender aos requisitos habilitatórios constantes deste Termo de Referência, sem que haja qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.

14.7. A CONTRATANTE deverá avaliar e aprovar os Critérios de habilitação DA SUBCONTRATADA para execução da solução, com base nos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

14.8. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias antes do início das atividades de cada um dos serviços, a documentação dos subcontratados referente às condições de habilitação exigidas no edital, inclusive, no que couber, da habilitação para comprovação da capacidade técnico-profissional.

14.9. Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo, ou de forma incorreta, da documentação dos subcontratados pela CONTRATADA, que acarretem prejuízos ao prazo de execução do objeto, será de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a penalidade aplicável, nos termos do contrato.

14.10. Durante o período da subcontratação, a(s) subcontratada(s) deverá(ão) manter vigentes as condições iniciais de regularidade técnica, fiscal e jurídica.

14.11. A substituição pela CONTRATADA do(s) eventual(ais) subcontratado(s), já anteriormente aprovado(s) e autorizado(s), dependerá da prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo o(s) substituto(s) apresentar(em) as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital e seus anexos.

14.12. A CONTRATADA deverá incluir, em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

14.13. Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

14.14. A subcontratação depende de autorização prévia da contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.15. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.16. A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao

licitante vencedor.

14.17. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação ou, direta ou indiretamente, da elaboração de anteprojeto ou projeto executivo.

14.18. A subcontratação não poderá, sob qualquer justificativa, resultar em elevação indevida dos valores originalmente contratados, especialmente por alegações de duplicidade ou bitributação relativa à emissão de notas fiscais distintas pela CONTRATADA e pela(s) SUBCONTRATADA(s).

14.19. O valor a ser faturado nas notas fiscais deverá seguir o preço global homologado e celebrado no contrato, absorvendo eventuais encargos tributários decorrentes da subcontratação, vedando-se qualquer pleito de reequilíbrio contratual ou solicitação de pagamento adicional relacionado ao repasse de tributos incidentes sobre a prestação dos serviços por empresas subcontratadas.

14.20. A CONTRATADA deverá declarar-se ciente de que a subcontratação não configura hipótese de alteração contratual em razão de desequilíbrio econômico-financeiro. Neste sentido, a opção pela subcontratação é de natureza voluntária, cabendo exclusivamente à CONTRATADA avaliar seus impactos tributários e operacionais, sendo que eventuais bitributações decorrentes dessa escolha constituirão risco ordinário e previsível da execução contratual, não ensejando revisão de valores, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer tipo de compensação adicional, em alinhamento com fundamentação legal aplicável, inclusive nos termos do art. 78 da Lei nº 13.303/2016.

14.21. **Do consórcio**

14.21.1. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

14.21.2. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria na contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

15. **CONDIÇÕES GERAIS**

- 15.1. Anexo I - Especificações Técnicas
- 15.2. Anexo II - Análise de Riscos
- 15.3. Anexo III - Modelo de Proposta
- 15.4. Anexo IV - Modelo de Ordem de Fornecimento
- 15.5. Anexo V - Modelo de Recebimento Definitivo

Equipe de Planejamento da Contratação:

(assinado eletronicamente)  
**Rodrigo Cesar de Oliveira**  
Chefe do Setor de Engenharia Clínica  
Coordenador da Equipe de Planejamento  
Portaria - SEI nº 16, de 14 de janeiro de 2026

(assinado eletronicamente)  
**Maycon Udson Miranda Moreira**  
Engenheiro Clínico  
Integrante Técnico  
Portaria - SEI nº 16, de 14 de janeiro de 2026

(assinado eletronicamente)  
**Sarah Mansur Resende De Miranda**  
Engenheira Clínica  
Intergrante Técnico  
Portaria - SEI nº 16, de 14 de janeiro de 2026

(assinado eletronicamente)  
**Glauciene Bernardes dos Santos**  
Analista Administrativo  
Integrante Técnico  
Portaria - SEI nº 16, de 14 de janeiro de 2026

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria - SEI nº 16, de 14 de janeiro de 2026, publicada no Boletim nº 697, de 14 de Janeiro de 2026

- 15.6. De acordo.
- 15.7. Encaminhe-se Gerência Administrativa para apreciação.

(Assinado eletronicamente)  
**WESLEY ROEL DUTRA**  
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar  
Portaria-SEI nº 1811, de 12 de agosto de 2025

- 15.8. De acordo.
- 15.9. A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
- 15.10. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 15.11. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA**

À Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) – Hospital Universitário XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (HUXX / UFXX), Unidade Gestora (UG) XXXXXXXXXXXX.

Dados da Empresa	
Razão Social:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CEP:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Correio Eletrônico:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Telefone:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Dados Bancários:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº XX/XXXX. Declaramos que esta oferta tem **validade de 90 (noventa) dias**.

**Os bens cotados nesta proposta dispõem das seguintes características:**

Item	Descrição (conforme DCB)	Unidade de Medida	Qtde.	Marca e Fabricante	Quantidade Embalagem	Registro na Anvisa	Valor unit.	Valor total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX

Declaro que os itens acondicionados em blister, são fracionáveis, e possuem distanciamento mínimo de 2mm de solda entre as unidades.

Declaro ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.

Declaro que os preços ofertados contemplam todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas, que a empresa possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.

**Anexo à Proposta:** Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.

(Assinado eletronicamente)  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Cargo / Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante Legal  
(local e data)

**INSTRUÇÕES:**

- A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
- Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).

**ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**  
**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº	XX/202X
Contrato / ARP nº	XX/202X
Unidade Solicitante	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - UASG XXXXXX
Nota de Empenho nº	202XNEXXXXXXX

Solicitação de Compra nº	XXXXXXXXXX
--------------------------	------------

Contratada	XX
CNPJ	XX
Endereço	XX
Endereço Eletrônico	XX

## 2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Item	Descrição	Apresentação	Marca	Catmat	Cod Ebserh	Cod. AGHU	Qtde.	Valor unit.	Valor total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX

## 3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Prazo para entrega	Conforme prazos estabelecidos no Termo de Referência
Data prevista para entrega	XX/XX/202X
Condições para entrega	Conforme estabelecido no Termo de Referência
Local de entrega	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Horário de entrega	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contato para entrega	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## 4. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Programação de Entrega:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Demais observações Relevantes:	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Aplicação de Penalidades :	Conforme estabelecido no Edital, seus anexos, Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

## ANEXO V - MODELO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

### AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	XX/202X
Contrato / ARP nº	XX/202X
Unidade Contratante	XX - UASG XXXXXXX
Nota de Empenho nº	202XNEXXXXXXXXX

Contratada	XX
CNPJ	XX
Endereço	XX
Endereço Eletrônico	XX

## 2. DADOS DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº	XX/202X
Valor total	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Remessa referente aos itens entregues	1ª / 2ª / 3ª
Valor da remessa	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Data prevista para entrega dessa remessa	XX/XX/202X

### 3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Nota Fiscal nº	XXXX
Data de recebimento dos materiais	XX/XX/202X

#### Manifestação da Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou do Contrato

☐ Cumprimento integral das obrigações

Observações:

A validade de todos os insumos entregues está de acordo com o previsto no Termo de Referência?

Houve atraso injustificado na entrega dos insumos?

Valor devido antes do ajuste no pagamento (referente os itens efetivamente entregues, cumprindo os requisitos do Termo de Referência, com base na Ordem de Fornecimento)

Valor da Multa Aplicada

Valor devido à empresa contratada (valor devido deduzido da multa)

☐ Cumprimento parcial das obrigações

Observações (obrigatório):

☐ Sim

☐ Não (implica em não recebimento dos itens com validade incorreta ou solicitação de Carta de Compromisso de Troca)

☐ Sim (XX dias de atraso, resultando em aplicação de multa)

☐ Não (pagamento integral)

R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

R\$ XXXXXXXXXX

R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Atesto o recebimento definitivo do objeto, nos termos indicados acima, após verificada a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

(assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços / Contrato

Portaria de Designação nº XX/202X



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Mansur Resende De Miranda, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 28/01/2026, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauciene Bernardes dos Santos, Analista Administrativo**, em 28/01/2026, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo César de Oliveira, Chefe de Setor**, em 28/01/2026, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Roel Dutra, Chefe de Divisão**, em 29/01/2026, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Savio De Moraes, Gerente**, em 29/01/2026, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **56120972** e o código CRC **72056B7C**.

Referência: Processo nº 23860.030887/2025-01 SEI nº 56120972